

# Editorial 73 – Agricultura e indústria transformadora

**Por: Heitor Carvalho**

O Índice do Valor Acrescentado Bruto (VAB) da agricultura, pecuária e silvicultura apresenta um crescimento constante face a 2017, atingindo 123 no 3.º Trimestre de 2022 e superando o VAB de 2017 (índice 100) a partir do 3.º Trimestre de 2018.

Em economia de mercado o primeiro indicador da variação da produção é a variação dos preços. Se a produção agrícola cresceu mais de 20% e a população apenas 17%, desde 2017, os preços deveriam ter baixado! Então porque é que o INE apresenta uma variação de preços de 145%, tendo como principal motor, exactamente, os preços da classe de alimentação e bebidas não alcoólicas? E se, como diz o MinAgiF, cerca de 85% da produção é feita pela agricultura familiar e a população rural apenas cresceu 15,4% (INE) no mesmo período, como podemos ter passado de uma situação de penúria para uma situação de fome? Toda a gente criticou a frase “a fome é relativa”, mas todos continuam a repetir estes números da produção agrícola como de fosse possível haver fome e grave má nutrição<sup>1</sup> nos campos com este nível de crescimento!

Quanto à indústria transformadora, o índice do VAB em medidas de volume face a 2017 apresenta irregularidade, mas a tendência é estável e próxima de 100.

Há, portanto, uma clara contradição de todos estes números com a observação quotidiana dos mercados. Enquanto se sentiu forte escassez e aumento geral de preços<sup>2</sup> para os produtos da agricultura<sup>3</sup>, os dados do INE apresentam crescimentos robustos; ao contrário, para os produtos da indústria transformadora, que tiveram alguma influência na moderação dos preços, substituindo as importações nas prateleiras dos supermercados, bancas das praças e bacias das *zungueiras*, o INE apresenta uma ligeira redução face a 2017!

Números errados conduzem, naturalmente, a percepções erradas da realidade e a políticas erradas!

Consideramos fundamental o comércio e serviços para o desenvolvimento da agricultura, em especial a agricultura tradicional. Se não houver produtos da cidade e de outras regiões e serviços que incentivem o camponês a produzir para além das necessidades imediatas de sustento da sua família, a produção comercial não vai aparecer. São, por isso, necessárias boas estradas e o incentivo e protecção a camionistas, comerciantes e todos os prestadores de serviços para que os camponeses prosperem.

Relativamente à agricultura moderna, o principal problema é a lei de terras e a falta de registo e titularização dos terrenos agrícolas, o que impede o aparecimento de novos operadores em número suficiente. Pelo que percebemos das várias intervenções nos *media*, os problemas mais citados pelos empresários são o crédito, as dificuldades de transporte e a comercialização.

Do crédito trataremos mais à frente. A questão das estradas é evidente, mas tem sido, do nosso ponto de vista, mal tratada, tentando-se gerir todos os tipos de estrada de forma centralizada, em vez de garantir o funcionamento efectivo dos eixos principais e das ligações provinciais. Quanto à comercialização, a actual taxa de câmbios, se, de um lado, alivia os custos de produção importados, de outro, introduz uma concorrência internacional a preços financiados pelos nossos rendimentos petrolíferos, com a qual os produtores internos não conseguem competir. O Estado não pode, de um lado, baixar a competitividade dos produtos agrícolas, financiando as importações através da taxa de câmbio e, de outro, comprar produtos agrícolas a preços subsidiados. Este duplo subsídio esgota os rendimentos petrolíferos em algo que não cria nem riqueza nem competitividade.

Uma solução muitas vezes preconizada é a proibição administrativa das importações: “se produzimos, não se importa.” Esta política apenas encarece os produtos nacionais (porque não têm

1 O autor defende que se deve dizer má nutrição e não mal-nutrição

2 A redução de preços dos produtos alimentares nacionais inicia-se no 2.º Trimestre de 2022.

3 Os produtos alimentares importados começaram a estabilizar no 4.º Trimestre de 2021 e a descer no 1.º Trimestre de 2022.

concorrência dos estrangeiros), acomoda os produtores internos existentes em níveis de produtividade muito baixos e funciona como barreira ao nascimento de novas produções e empresários (porque o que não existe tem a concorrência imbatível dos produtos externos).

A melhoria do conhecimento é fundamental para a agricultura (moderna e familiar) estando, neste capítulo, a iniciar-se algumas acções na investigação, ensino e disseminação do conhecimento que poderão ser decisivas a médio prazo. É necessário acelerar o que se tem feito.

Toda a agricultura no mundo é subsidiada. Não poderemos ser competitivos em termos agrícolas sem subsidiar alguns insumos e sem preços mínimos garantidos. Isto significa que uma parte dos rendimentos das restantes produções terão de ser canalizados para a produção agrícola, tal como fazem todos os países do mundo. A agricultura é essencial para garantir a soberania e a paz social, mas representa um custo que a restante produção tem de suportar. É preciso ter consciência disso!

Os projectos de desenvolvimento da agricultura, PLANAGRÃO e PLANAPECUÁRIA, apresentam alguns problemas, dos quais ressaltamos a coordenação entre a acção do Estado e os empresários. No projecto, as infra-estruturas e preparação das terras, feitas pelo Estado, não estão directamente relacionadas com a aprovação dos projectos dos empresários e com o seu financiamento. Seria de todo aconselhável caminhar devagar, embora com custos mais elevados por há, e que só se movimentem os meios do Estado depois da aprovação dos projectos privados. Aparentemente, parece que o bom senso está a imperar na fase de execução. Aguardemos!

A confiança dos empresários da indústria atingiu terreno positivo no 2.º Trimestre de 2022, apresentando uma queda no 3.º Trimestre, mas mantendo-se em terreno positivo. No 3.º Trimestre, “a falta de matéria-prima e as frequentes avarias mecânicas nos equipamentos, ... [e] ainda ... as dificuldades financeiras, a falta de mão-de-obra especializada, água e energia ...” (INE) são as principais queixas dos empresários que se mantêm invariáveis.

Continuamos sem perceber porque se cria sempre um conjunto de incentivos e contrapartidas complexo que atrasa e desincentiva o investimento, quando bastaria criar zonas industriais próximas da mão-de-obra, oferecendo espaço a preço competitivo e água e electricidade sem falhas!

A falta de dimensão da nossa indústria cria problemas com os preços da manutenção e matérias-primas. É necessário agilizar todos os sistemas de transito, nomeadamente eliminando licenças e controlos desnecessários e prejudiciais que entrem a circulação de mercadorias, promovendo maior integração da produção e o investimento em ferramentas e peças de reposição simples.

Aplica-se à produção industrial o que se disse anteriormente relativamente à taxa de câmbio, embora o problema seja minimizado pela forte componente importada, o que, estruturalmente, é uma desvantagem, mas conjunturalmente torna algumas indústrias menos vulneráveis às taxas de câmbio.

O crédito à produção deve ser incentivado bonificando a taxa de juros. Percebe-se que se mantenha uma taxa de juros elevada para impedir o aumento da inflação, mas não se entende porque não se bonifica o crédito à produção, sem qualquer critério restritivo, uma vez que, no quadro de deficit de oferta em que vivemos, o aumento da produção é um factor deflacionista. O que perde o BNA em bonificar as taxas de juro para interessar a banca em conceder crédito à produção, sem qualquer restrição, a uma taxa de juro máxima de 7,5%?

A industrialização é um objectivo estratégico porque, apresentando melhor produtividade do que outros sectores, aumenta a produtividade geral e a competitividade do país, fazendo crescer o mercado interno para os produtos dos sectores primários. Não pode deixar de ser um dos principais motores da nossa economia!

**Luanda, 10 de Abril de 2023**